

Ata de Reunião	
Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC)	
Data: 28-09-2022	
Horário: 09h00min	
Local: Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida	
Pauta	<p>1- Aprovação da Ata de Agosto de 2022;</p> <p>2- Informações sobre as obras de Restauração do Museu Histórico Aurélio Dolabella</p> <p>3- Autorização, conforme previsão legal do inciso XIV, do art. 75, da Lei nº3978, de 08 de outubro de 2018, para o uso do recurso do FUMPAC, para a realização do pagamento</p> <p>a) 10ª medição da obra do Museu Histórico Aurélio Dolabella: R\$ 26.647,94 (vinte e seis mil seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos);</p> <p>b) Aprovação do 2º Aditivo do Museu Histórico Aurélio Dolabella: R\$705.707,65 (setecentos e cinco mil setecentos e sete reais e sessenta e cinco centavos);</p> <p>c) Projeto Solar da Baronesa (Projeto Elétrico, Projeto Hidráulico/Sanitário, Projeto Arquitetônico, Projeto de Elementos Atmosféricos, Levantamento Planialtimétrico, Projeto de Alarme/ Sonorização/ CFTV, Projeto Luminotécnico e Planilha Orçamentária), Valor para projetos citados: R\$140.620,38 (cento e quarenta mil seiscentos e vinte reais e trinta e oito centavos);</p> <p>d) Solar Teixeira da Costa: Valor para elaboração do projeto de restauração dos elementos artísticos: R\$ 118.105,50 (cento e dezoito mil cento e cinco reais e cinquenta centavos). Valor para elaboração de planilha orçamentária da 2ª e 3ª etapa de restauração R\$5.390,00 (cinco mil trezentos e noventa reais). Valor para elaboração de projeto de irrigação Praça Julieta Teixeira de Salles: R\$7.073,42 (sete mil setenta e três reais e quarenta e dois centavos);</p> <p>e) Estação Ferroviária: Valor para execução da obra: R\$92.322,62 (noventa e dois mil trezentos e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos).</p> <p>f) Praça Senador Modestino Gonçalves- Centro Histórico: Valor para elaboração do Levantamento Planialtimétrico: R\$7.012,44 (sete mil e doze reais e quarenta e quatro centavos).</p> <p>Total geral de todos os projetos citados acima: R\$370.524,36 (trezentos e setenta mil quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e seis centavos).</p> <p>g) Proposta de Orçamento para Elaboração do Projeto de Restauração dos Elementos Artísticos da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pinhões: R\$20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais);</p>

	<p>h) Circuito de Presépios/ 2022: (passaportes, carimbos, banners e mapas). R\$12.372,50 (doze mil trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)</p> <p>i) Atualização do valor da compra dos materiais de EPI da Educação Patrimonial do Museu Aurélio Dolabella: R\$ 685,00</p> <p>j) Piso do Palco do Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida</p> <p>4- Deliberação e aprovação de alteração dos gradis do prédio da Sede Administrativa da Guarda Civil Municipal de Santa Luzia-MG, localizada na Praça Getúlio Vargas, 61- São João Batista;</p> <p>5- Informativo: Disponibilização dos dossiês de Tombamento no site da prefeitura https://www.santaluzia.mg.gov.br/v2indez.php/culturav1/dossie-de-tombamento/</p> <p>Futura disponibilização do Registro de Bens Imateriais (Casa de Cultura Lode Apara, Comenda Castro Silva e Manzo Kaiango). https://www.santaluzia.mg.gov.br/v2indez.php/culturav1/registro/</p> <p>6) Deliberação e aprovação do Dossiê do Jubileu de Santa Luzia;</p> <p>7) Apresentação e deliberação do Empreendimento/ loteamento "Giardini Drapia Sahva Eco Residence", situado à Estrada Rural Damaso José Diniz- Fecho/ Santa Luzia;</p> <p>8)Pronunciamento do Conselheiro- Glauco Durães</p> <p>9)Informações Finais</p>		
Membros	Representação	Entidade	Presença
Joana Maria Teixeira Coelho Moreira	Presidente	Secretaria de Cultura e Turismo	Sim
Marco Aurélio Carvalho Fonseca	Titular	Secretaria de Cultura e Turismo	Sim
Juliana Cristina Facre	Suplente	Secretaria de Cultura e Turismo	Não
Luciana Angélica de Sá Machado	Titular	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação	Sim
Bruno Dias Lana	Suplente	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação	Não
Wesley Pereira Soares	Titular	Ordem dos advogados do Brasil	Não
Francisco Carlos da Silva	Suplente	Ordem dos advogados do Brasil	Não
Fernando Luiz Coelho Santos	Titular	Secretaria de Educação	Não

Wallace Henrique de Freitas	Suplente	Secretaria de Educação	Sim
Ítalo José Leite Campanella	Titular	CREA	Não
Joel Eustáquio da Silva Dias	Suplente	CREA	Não
Paulo Henrique de Assis	Titular	Câmara Municipal	Não
Cristiano Mariano Matos	Suplente	Câmara Municipal	Não
Neilson José da Silva	Titular	IFMG	Não
Reinaldo Trindade Proença	Suplente	IFMG	Sim
Adalberto Andrade Mateus	Titular	Associação Cultural e Comunitária de Santa Luzia	Sim
Elizabete de Almeida Teixeira Tófani	Suplente	Associação Cultural e Comunitária de Santa Luzia	Sim
Aparecida dos Santos Carmo Evangelista	Titular	Associação Cultural das Mulheres Quilombolas de Pinhões	Sim
Maria Geralda Gonzaga Carvalho	Suplente	Associação Cultural das Mulheres Quilombolas de Pinhões	Sim
Glaucon Durães da Silva Santos	Titular	Mitra Arquidiocesana	Sim
Ana Luiza Andrade e Sousa	Suplente	Mitra Arquidiocesana	Sim
Celso de Aquino Pereira dos Santos	Titular	ONG Patrulheiros da Paz	Sim
José Elio Gonçalves dos Santos	Titular	Associação Comunitária Bairro Londrina	Não
Maria Madalena Soares Neves	Titular	Instituto Comunitário Seara de Luz	Não
Maria Aparecida Izabel	Titular	Ass. Com. Três Corações, Nova Conquista I e Adjacência -	Não

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten initials/signature

Handwritten signature

Às nove horas do dia vinte e oito de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida, deu-se início a reunião presencial ordinária do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC). Estiveram presentes os Conselheiros: Joana Maria Coelho Teixeira Moreira (Secretária Municipal de Cultura e Turismo e presidente do referido Conselho), Marco Aurélio Carvalho Fonseca (Secretaria de Cultura - Titular), Luciana Angélica de Sá Machado (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano), Wallace Henrique de Freitas (Secretaria Municipal de Educação), Reinaldo Trindade Proença (IFMG), Adalberto Andrade Mateus (Associação Cultural Comunitária), Elizabete de Almeida Tofani (Associação Cultural Comunitária), Aparecida dos Santos Evangelista (Associação Cultural das Mulheres Quilombolas de Pinhões), Maria Geralda Carvalho (Associação Cultural das Mulheres Quilombolas de Pinhões), Glaucon Durães da Silva Santos (Mitra), Ana Luiza Andrade e Souza (Mitra), Celso Aquino Pereira dos Santos (ONG Patrulheiros da Paz). Também estiveram presentes representantes da sociedade civil: Maria Bernadete Costa, Diva Maria Rocha Diniz, Luiz Eduardo, Álvaro Diniz, Eloizio Andrade Lima, Bernardo Alves de Brito Andrade, Valeria Amaral Barbosa, Ana Paula de Araújo, Antônio da Silva, Marli das Graças Sousa Rodrigues, Maria das Graças Carvalho, Eduarda Alves Verdeiro, Mônica Maria da Silva Oliveira, Maria do Carmo Lima, Lucas Gonzaga, João Luiz Azeredo Faria, Denise de Cássia Vieira, Alexandre Augusto Carvalho Gonzaga. Joana inicia a reunião dizendo que seguirá a pauta que foi passada aos Conselheiros. **Pauta 1: Aprovação da Ata de Agosto de 2022.** A primeira pauta é relativa à aprovação da Ata da última reunião, enviada por e-mail para a apreciação e aprovação dos Conselheiros. A Ata é aprovada com sete votos favoráveis, sendo registrada a abstenção de Reinaldo Trindade (IFMG). Glaucon solicita a inversão de pauta, pedindo que a Pauta nº6 relativa à Festa de Santa Luzia, bem como a Pauta nº8 relativa ao tombamento da imagem do Nosso Senhor Jesus sejam tratados antes da Pauta nº4 relativa à alteração dos gradis do prédio da Guarda Municipal. Joana pergunta se os Conselheiros têm alguma objeção quanto à inversão. Não havendo nenhuma manifestação, procedeu-se com a inversão da Pauta. Em seguida, Joana segue para **Pauta 2: Informações sobre as obras de Restauração do Museu Histórico Aurélio Dolabella.** A Arquiteta e Urbanista da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Márcia Sousa, fala sobre a aprovação da décima medição, no valor de R\$26.657,94 (vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e quatro centavos). Informa que o valor foi baixo, quando comparado aos demais, porque estão trabalhando pontualmente na parte estrutural, e que esta é uma fase mais lenta. Joana fala que já foi feito o primeiro aditivo com a empresa responsável pelo restauro, e que em obra de restauro os aditivos são comuns. Esclarece que, na presente reunião, serão apresentados vários valores relativos à restauração de diferentes edificações do município, e que isso se deve ao fato de grande parte desses preços ficarem a cargo do fundo do COMPAC. Informa que essa movimentação do fundo é importante porque demonstra que o patrimônio está sendo cuidado. Com relação ao aditivo, Márcia explica que



muitos itens da planilha já foram consumidos dentro do restauro, tendo em vista que o estudo foi feito considerando a prospecção já realizada. Ressalta que, apesar de terem realizado um estudo detalhado ao longo de sete anos, no momento da realização dos processos de restauro foram encontradas diferentes particularidades que ocasionaram na necessidade de proposição de aditivos para dar prosseguimento às obras. Reinaldo questiona sobre o valor permitido para os aditivos, dizendo que o valor apresentado ultrapassa setecentos mil e que, por isso, considera o valor bastante alto. Joana interfere dizendo que em restauro os preços são muito mais altos do que em obras convencionais. Márcia diz que, conforme legislação, para obras de restauro o aditivo pode ser de até cinquenta por cento. Enfatiza que o valor do aditivo está relacionado também ao valor da obra que, nesse caso, é superior a dois milhões de reais. Márcia enfatiza que o valor da obra não é exorbitante, sendo este um valor justo, considerando a complexidade dos processos. Diz que fez um estudo bem detalhado, por meio de prospecções e respeitando a estrutura do espaço, mas que, ao executar o processo, foram encontradas várias particularidades que não foram previstas inicialmente. Eduardo, engenheiro responsável da empresa contratada, esclarece que o primeiro aditivo refere-se aos barracões de obra, já que os contêineres não estavam adequados ao contexto da obra. Informa que, para o segundo aditivo, foi feita a prospecção, sendo constatada a presença de patologias na lateral oeste e norte, e percebida a necessidade de novas intervenções. Diz que essas constatações demandaram novos orçamentos (para proceder com o reforço estrutural), e que esse aditivo é relativo aos quantitativos do contrato que são insuficientes para a continuidade das ações. Márcia fala que a equipe ficou seis meses trabalhando na cobertura, sendo possível identificar todas as patologias, de modo que o orçamento será suficiente para sua execução. Com relação à parte frontal e lateral, Márcia informa que a realidade é diferente, porque não foi possível prospectar integralmente. Sobre os valores, Eduardo informa que chegaram a, aproximadamente, trinta e quatro por cento, sendo que é permitido por lei que esse valor chegue até cinquenta por cento. Joana interfere dizendo que essa obra foi dividida em três etapas, e que certamente haverá aditivos em todas as etapas. Márcia informa que foi feito um embasamento técnico para a realização do aditivo e que todo o processo é analisado pela Procuradoria. Reinaldo reforça que o reforço estrutural é importante para deixar a edificação de pé. Márcia diz que a parte frontal e a lateral da Rua do Serro não foram prospectados porque a intervenção poderia comprometer a estrutura da edificação. A pauta relativa à autorização da décima medição da obra do Museu Aurélio Dolabella, no valor de vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos, bem como a aprovação do segundo aditivo da obra do Museu Aurélio Dolabella, é colocada para votação, sendo aprovada por oito votos favoráveis. **Pauta nº 03: Autorização para o uso do recurso do FUMPAC para a realização de pagamentos.** Joana informa que há uma empresa licitada na Prefeitura que desenvolve os projetos para fazer o orçamento das obras de restauro. Informa que é necessário ter em mãos os orçamentos e os projetos para elaborar o Termo de Referência. Diz



que há vários prédios a serem restaurados na cidade como, por exemplo, o Solar da Baronesa (que, inclusive, foi fechado pela Defesa Civil e precisa ser restaurado para ser reaberto), Solar Teixeira da Costa (que está na segunda fase da restauração) e Estação Ferroviária. Ressalta, porém, que para fazer esses restauros é necessário mais dinheiro do que aquele que disponível no fundo. Diz que é necessário fazer captação de recursos, ou uso de recursos próprios, mas que é necessário ter os orçamentos em mãos. Márcia fala que estão sendo apresentados sete orçamentos, e que estão sendo contratados os projetos complementares. Informa que o projeto do Solar da Baronesa é o único desse grupo de sete que não está sendo feito um projeto arquitetônico, devido às demandas internas da Secretaria de Cultura e Turismo (realização de seis projetos, acompanhamento e fiscalização). Esclarece que, com relação ao Solar da Baronesa, consta o projeto arquitetônico, projetos complementares (projeto elétrico, projeto elétrico-sanitário, projeto arquitetônico, projeto de elementos artísticos, projeto de prevenção e combate a incêndios, projeto de proteção contra descargas atmosféricas, levantamento planialtimétrico, projeto de alarme e sonorização, projeto luminotécnico e planilha orçamentária). Joana interfere dizendo que o projeto estrutural foi pago pelo próprio Ministério Público. Márcia retoma dizendo que, para aprovar o projeto arquitetônico e alguns complementares foi orçado o valor de R\$ 140.620,38 (cento e quarenta mil, seiscentos e vinte reais e trinta e oito centavos), sendo este valor referente à entrega do orçamento. Márcia esclarece que a empresa entrega o orçamento para que este seja analisado pela equipe técnica da Secretaria de Cultura, Secretaria de Obras e Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para que estes averiguem se ele está de acordo. Reinaldo pergunta se haverá compatibilidade entre as ações desempenhadas pelas empresas. Márcia responde que sim. Joana enfatiza que é necessário aprovar esse orçamento para que ele não perca a validade. Glaucon pergunta se é possível fazer um projeto arqueológico vinculado. Joana diz que o projeto arqueológico é desenvolvido pela arqueóloga da equipe, e que por isso não será incluído no que será realizado pela empresa. A pauta em questão é aprovada por todos os Conselheiros presentes (oito votos favoráveis). Em seguida, Márcia fala sobre o Solar Teixeira da Costa, informando que são varias etapas a serem realizadas no Projeto, e que atualmente estão desenvolvendo a segunda etapa. Diz que há três projetos do Solar Teixeira da Costa que ainda não foram elaborados: Os Elementos artísticos, a Planilha Orçamentaria, e a Irrigação da Praça de Juli. Informa que o valor para elaboração do projeto de restauração dos elementos artísticos é R\$ 118.105,50 (cento e dezoito mil cento e cinco reais e cinquenta centavos). O valor para elaboração de planilha orçamentária da 2ª e 3ª etapa de restauração é R\$5.390,00 (cinco mil trezentos e noventa reais); e o valor para a elaboração de projeto de irrigação Praça Julieta Teixeira de Salles: R\$7.073,42 (sete mil setenta e três reais e quarenta e dois centavos). O item da pauta é votado pelos presentes, sendo aprovado com oito votos. Reinaldo questiona sobre o valor de restauro, dizendo que este destoa com relação ao que será gasto em Pinhões. Joana explica que em Pinhões o espaço é menor e

que se refere apenas aos elementos artísticos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pinhões, e não de reforço estrutural. Em seguida, Joana trata do item da pauta relativo à Estação Ferroviária. Diz que o valor do projeto para o restauro do complexo da Estaçãozinha (plataforma, prédio da biblioteca, caixa d'água...) é R\$92.322,62 (noventa e dois mil trezentos e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos). Esclarece que esse projeto está praticamente pronto, tendo em vista que não se trata de uma obra estrutural, sendo o valor apresentado relativo aos projetos complementares. Márcia informa que o projeto da Estação também será ramificado em diferentes etapas, sendo que o projeto arquitetônico já foi devidamente fiscalizado. Informa, ainda, que o valor apresentado é parcial, sendo o complexo inteiro abarcado por uma etapa posterior. Elizabete pergunta se terá acesso a esses materiais e Márcia informa que qualquer Conselheiro pode procurá-la para obter maiores informações. O item da pauta relativo à apresentação do valor do projeto para o restauro do complexo da Estaçãozinha é colocado para votação, recebendo oito votos favoráveis. Joana segue para o próximo item da pauta, relativo ao valor para elaboração do Levantamento Planialtimétrico da Praça Senador Modestino Gonçalves- Centro Histórico, R\$7.012,44 (sete mil e doze reais e quarenta e quatro centavos). Joana diz que a maior parte desse projeto já foi elaborada, sendo necessário apenas um projeto altimétrico. Márcia diz que esse orçamento foi realizado mediante a percepção da necessidade e que posteriormente será averiguada a necessidade de realização de novos projetos. Joana ressalta que todos os valores relativos aos projetos apresentados serão retirados do FUMPAC, mas isso não significa que a quantia será debitada de uma só vez, sendo necessário acompanhamento contínuo. O item da pauta relativo ao valor para elaboração do Levantamento Planialtimétrico da Praça Senador Modestino Gonçalves é colocado para votação, sendo aprovado por todos os conselheiros. Joana segue para o próximo item da pauta, relativo à proposta de orçamento para Elaboração do Projeto de Restauração dos Elementos Artísticos da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pinhões, no valor de R\$20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais). Glaucon pergunta se a capela de Pinhões é tombada completamente, ou se apenas o altar é tombado. Pergunta se há um inventário de tudo que há dentro, e qual o posicionamento da Secult com relação à alteração da porta da Igreja. Márcia esclarece que o conjunto é tombado e informa que notificou a Cúria acerca da alteração da porta. Joana diz que aguarda essas informações serem repassadas pela Cúria e pede que Glaucon, enquanto representante da Cúria, solicite essas informações diretamente. Glaucon pede que o Conselho se manifeste e propõe uma audiência pública para resolver essa questão. Joana sugere que seja feito um contato prévio para esclarecer as questões previamente. Sugere que essa questão integre a pauta da próxima reunião. O item da pauta relativo à proposta de orçamento para Elaboração do Projeto de Restauração dos Elementos Artísticos da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pinhões é votada e aprovada por todos os Conselheiros presentes (oito votos). Joana pede que o item da pauta relativa ao palco do Teatro Municipal seja adiado, já que não foi

realizado nenhum orçamento para ser apresentado. Informa que está tentando patrocínio para não depender do dinheiro do FUMPAC. Glaucon retoma uma das falas do Conselheiro Adalberto, dizendo que nenhum Conselheiro deseja votar contra o patrimônio, mas que acha um absurdo votar uma pauta relativa a um prédio que foi restaurado há pouco tempo. Joana diz que concorda com o posicionamento dos Conselheiros, mas que a única coisa que pode fazer é cuidar do bem no tempo presente. Segue tratando do item da pauta relativo ao Circuito de Presépios/ 2022: (passaportes, carimbos, banners e mapas), no valor de R\$12.372,50 (doze mil trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos). Mikaela esclarece que o Circuito de Presépios já acontece há vários anos, sendo esta uma ação de suma importância para a cultura do município. Diz que o Projeto de Educação Patrimonial considerou a necessidade de valorização dessa iniciativa, divulgando os trabalhos desenvolvidos para que eles tenham o alcance merecido. Informa que a metodologia foi delineada a partir de um levantamento das casas que já apresentavam os presépios, sendo que, posteriormente, os responsáveis foram convidados para uma reunião no Teatro Municipal, momento no qual tiveram a oportunidade de preencher um formulário apresentando informações sobre seus presépios. Esclarece que, a partir dessas informações, foi traçada uma rota (circuito) a ser seguido pelos visitantes (de Taquaraçu até o Distrito do São Benedito). Informa que cada residência consistirá em um ponto de parada, sendo que em cada residência haverá um banner indicativo, onde constarão as rotas do circuito. Esclarece também que esses pontos estarão georeferenciados no mapa que acompanhará o Passaporte do Circuito de Presépios, sendo este adquirido pelos participantes e carimbado mediante as visitas aos pontos referenciados. Mikaela ressalta que a ação abarcará também os estudantes das escolas do município. Ressalta que os valores ficarão a cargo de dois fundos: FUMPAC e FUMTUR. Joana complementa dizendo que também haverá a inclusão de um circuito gastronômico, para que os participantes tenham uma experiência gastronômica, em consonância com o Museu da Cozinha Mineira. Mikaela informa que os cinco mil exemplares do passaporte foram orçados em R\$10.330,00 (dez mil trezentos e trinta reais), a serem pagos com recursos do FUMPAC. Diz, também, que os cinco mil exemplares do mapa a ser entregue conjuntamente ao passaporte foram orçados em R\$2.042,50 (dois mil e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), a serem pagos com recursos do FUMTUR. Ana pergunta como isso irá atingir as escolas, e como a equipe da Secult irá encaminhar as ações de Educação Patrimonial. Joana informa que a equipe da Secult está em contato com a Secretaria de Educação visando organizar a promoção das visitas do público escolar. Esclarece que o ônibus da Cultura estará à disposição da população, mediante agendamento, para promover as visitas. Mikaela complementa dizendo que será divulgado material relativo ao Circuito em pontos estratégicos, como Ônibus e Postos de Saúde visando à difusão da ação. Sr. João Luiz, participante da sociedade civil, pergunta se haverá um presépio no Cemitério dos Escravos. Joana diz que não entendeu o questionamento apresentado. Informa que houve um chamamento público, sendo

aberta a inscrição para todos os interessados, mas que o período de inscrição já havia se encerrado. Glaucon pergunta se há algum presépio cadastrado no bairro Bom Jesus. Questiona se o Presépio da Igreja Bom Jesus está integrando o Circuito. A servidora da Secult, Tânia Oliveira, informa que contactou a Senhora Nice, do bairro Bom Jesus e o padre Reinaldo, mas que ambos optaram por não integrar o Circuito. Aparecida, de Pinhões, pede que as ações sejam divulgadas com antecedência, já que várias pessoas de Pinhões ficaram de fora. Mikaela responde que as iniciativas estão sendo divulgadas desde o mês de agosto. Joana ressalta que essa é uma primeira edição e que, futuramente, haverá maior adesão. Joana coloca em votação o item relativo ao orçamento dos materiais necessários para a realização do Circuito de Presépios, sendo aprovado por todos os conselheiros presentes. Em resposta à solicitação do conselheiro Glaucon, segue-se para a **Pauta nº6: Deliberação e aprovação do Dossiê do Jubileu de Santa Luzia**. Joana informa que o dossiê relativo ao Jubileu de Santa Luzia, realizado pela empresa Minas Cidade, foi encaminhado para apreciação dos Conselheiros em Julho, e que Glaucon fez a leitura crítica do material entregue pela empresa e as considerações para a Secult. Adalberto intervém dizendo que ao ler o material identificou algumas questões que poderiam ter sido mais bem desenvolvidas como, por exemplo, no caso das procissões, onde a empresa fez menção aos trajetos atuais, faltando uma pesquisa desses trajetos em outros momentos. Pontua que, com relação à Missa da Meia Noite, não é verdade que ela sempre tenha acontecido. Pede algumas correções com relação ao uso de termos e menções. Com relação aos atores sociais, pede que sejam detalhadas as funções de cada um, e que o escopo das entrevistas seja ampliado, para que, de fato, se entenda o Jubileu em âmbito da cidade, buscando também sua interpretação nas tradições dos Jubileus que acontecem em Minas Gerais. Ressalta também que não houve recuperação dos eventos anteriores, tendo sido apresentadas fotografias apenas dos últimos dois anos. Adalberto ressalta que o material apresenta erros históricos significativos como, por exemplo, ao mencionar que a imagem de Santa Luzia, ao contrário de outros lugares, não tem um prato com olho, sendo desconsiderado o fato de a peça original ter sido roubada. Ressalta que esse tipo de narrativa é perigosa por sedimentar uma história inverídica. Joana pede que Adalberto envie suas considerações formalmente para a Secult. Joana ressalta que a participação dos Conselheiros para a fiscalização dos serviços prestados pelas empresas contratadas é de suma importância e que, infelizmente, a empresa foi contratada por licitação, sendo o “menor preço” o fator decisivo para sua escolha. Diz que a empresa não entregou o esperado, e que é importante o papel do Conselho de fiscalizar o trabalho apresentado. Joana informa que inicialmente pensaram em renovar o contrato com a empresa para o desenvolverem o ICMS deste ano, mas que optaram por não fazerem a renovação. Luciana pergunta se a empresa foi contratada via Pregão, e pontua que essa estratégia é ruim para esse tipo de serviço. Luciana ressalta que esse tipo de trabalho é muito denso e que demandaria certas especificidades. Luciana questiona se uma parte desse trabalho não pode ser feito pelos técnicos da Secult. Joana

esclarece que as equipes são pequenas e que cada técnico é responsável por inúmeras tarefas. Joana pede que Adalberto pontue suas falas e as encaminhe por escrito para serem apresentadas para a empresa. Adalberto ressalta a necessidade de se ter a consciência de que o inventário entregue pela empresa é muito reduzido, sendo necessária a realização de um trabalho melhor fundamentado, a partir de uma abordagem antropológica e sociológica mais pormenorizada. Joana ressalta que, para fins de pontuação no ICMS Cultural, haverá a possibilidade de apresentação desse material, sugerindo que o aprofundamento seja feita posteriormente. Glaucon diz que, em 2017, foi apresentada uma lei pela Câmara Municipal de Santa Luzia que declarava o Jubileu como patrimônio imaterial da cidade e que, desde então, espera-se a apresentação desse dossiê. Informa que recebeu esse material no dia vinte e um de junho de 2022 e que, naquela ocasião, fez a correção do material, encaminhando suas considerações para a empresa. Assinala que não recebeu retorno satisfatório por parte da empresa contratada. Destaca que pontuou inúmeras inconsistências no material apresentado, como por exemplo, questionou o fato de apresentarem a imagem de Santa Luzia morta (recentemente integrada) como se esta fizesse parte da tradição da cidade. Destaca que alguns elementos precisavam ser mais bem trabalhados como, por exemplo, a Saudação, momento de pronúncia do Sr. Álvaro, onde acontece o encontro da padroeira, do povo e do mito de origem na praça pública. Joana pede que esse dossiê conste no ICMS deste ano, afirmando que, no próximo ano será feito um aprofundamento das questões apontadas pelos Conselheiros. Adalberto ressalta que não gostaria de envolver o seu nome na aprovação de um material precário, e que a complementação poderia não ser a melhor estratégia. Ressalta que seria interessante aprovar uma publicação sobre o Jubileu, sendo necessária a inclusão de profissionais com qualificação técnica para a realização de uma pesquisa mais aprofundada. Glaucon ressalta que a luta para a manutenção do patrimônio é constante, enfatizando que as entrevistas e trabalhos realizados por ele foram doados à Secult, visando contribuir para a manutenção do bem. Adalberto confirma a fala de Glaucon e enfatiza que, quando o poder público paga pela realização de um serviço que é precariamente entregue, como foi o caso desse Dossiê, é justo que os Conselheiros apontem as falhas e peçam a adequação dos materiais. Joana diz que não vai ignorar os apontamentos apresentados, mas que é necessário aprovar o dossiê para que ele pontue no ICMS Cultural, tendo em vista que, para essa finalidade, a empresa preencheu os requisitos. Adalberto contrapõe dizendo que a empresa preencheu os requisitos apenas na avaliação da Secretária. Joana esclarece que as informações erradas que constam no dossiê devem ser apontadas para que a empresa as refaça, sendo que aquelas onde será necessário aprofundamento serão encaminhadas para a empresa que será contratada no próximo ano. Joana coloca em votação o Dossiê do Jubileu de Santa Luzia para fins de pontuação no ICMS Patrimônio Cultural deste ano, sendo aprovado por todos os conselheiros presentes, com as ressalvas apresentadas pelo conselheiro Adalberto Mateus. Em atendimento à solicitação do Conselheiro Glaucon, a reunião



segue para a **Pauta nº 8- Pronunciamento do Conselheiro- Glauco Durães**. Glaucon diz que abriu um requerimento de solicitação de tombamento de bens móveis acerca da solicitação de tombamento da imagem do Bom Jesus, na Paróquia de Nossa Senhora da Aparecida, especificamente a imagem do Senhor Bom Jesus Luziense. Esclarece que a imagem é uma peça sacra com características estilísticas e iconográficas do século XVIII, tendo sido doada em 1925 pelo Recolhimento Feminino de Macaúbas para os negros católicos do antigo povoado dos Pimentas (hoje, bairro Bom Jesus, que teve seu nome alterado graças à chegada da imagem). Glaucon destaca que a origem da comunidade remonta a data de 1919, quando houve o levantamento de um cruzeiro no qual se promovia a tradicional Festa de Santa Cruz (ainda hoje realizada). Ressalta que, entre 1919 e 1925, foi construída pela comunidade do Povoado dos Pimentas um cômodo junto ao Cruzeiro de Santa Cruz, sendo este imóvel a primeira capela do local. Esclarece que, em 1939, em ocasião da reforma da Capela do Bom Jesus, foi acrescido um sino, tendo como um de seus padrinhos o maestro Francisco Julião da Silva, tornando-se, desde então, a marca sonora do festejo. Glaucon solicita o tombamento da imagem do padroeiro Senhor Jesus Luziense e o inventário dos remanescentes da antiga capela do Senhor Jesus (Cruzeiro Frontal Externo e o Sino). Joana pontua que esse entrosamento entre o Conselho e a Secretaria é de suma importância e que o material apresentado não precisa passar por votação dos Conselheiros. Glaucon esclarece que o voto não se refere ao Dossiê, mas à abertura do processo de tombamento. Mikaela informa que a portaria do IEPHA institui os procedimentos de tombamento, esclarecendo que há um trâmite específico para a sua solicitação, onde o interessado precisa protocolar o pedido que será analisado pela equipe. Adalberto pergunta se há um Plano de Inventário elaborado pela Secult, e se os Conselheiros terão acesso a esse material. Joana informa que até o fim do ano esse material será coligido e apresentado. Glaucon diz que seguiu a lei 3978 que Institui a Política Municipal do Patrimônio Cultural, estabelece as diretrizes para a proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural no Município de Santa Luzia e dá outras providências, para apresentar a proposta ao Conselho. Esclarece que, no Art. 7, fica estabelecido que o requerimento de solicitação de tombamento será dirigido ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural - COMPAC. Thiago Serafim informa que o Art. 8º determina que o COMPAC poderá propor e proceder ao tombamento de bens móveis e imóveis já tombados pelo Estado ou pela União, não sendo necessário passar por votação. Em seguida, Joana retoma a **Pauta nº 5- Informativo**, acerca da disponibilização dos Dossiês de Tombamento no site da prefeitura e futura disponibilização do Registro de Bens Imateriais (Casa de Cultura Lode Apara, Comenda Castro Silva e Manzo Kaiango). Thiago Serafim informa que os materiais estão disponíveis no site. Destaca que o dossiê de tombamento do Centro Histórico sofreu uma alteração em 2018, quando foi proposto o perímetro do Centro Histórico, já que, no mapa de 1998 havia a delimitação das subáreas sem a clareza da determinação afeta ao Centro Histórico. Destaca que o dossiê foi acessado e disponibilizado no

site. Ressalta que a intenção da Secult é continuar disponibilizando esses dados, viabilizando o cumprimento da Lei de Acesso à Informação e, no futuro, criar melhores estratégias de acesso. Joana retoma a **Pauta nº 4- Deliberação e aprovação de alteração dos gradis do prédio da Sede Administrativa da Guarda Civil Municipal de Santa Luzia- MG**. Thiago informa que encaminhou um parecer acerca do tema, sendo a consulta ao COMPAC realizada para deliberação e aprovação da intervenção na paisagem do entorno do bem tombado. Destaca que o gradil faz o ornamento do conjunto e explica que há estilos arquitetônicos bem marcantes e que compõe a paisagem do todo. Esclarece que a Secretaria de Segurança Pública solicitou a alteração do gradil para a proteção do espaço físico da Guarda Municipal (devido ao porte de armas de fogo), pedindo a alteração do gradil de 80 cm para aproximadamente 2 metros. Sobre a pintura do prédio, Thiago ressalta que os quadriculados e escritos destoam do conjunto paisagístico, citando como contraponto a placa de identificação do CRAM (que não fere a caracterização original deste conjunto). Solicita, portanto, que a pintura seja retirada e que a sinalização indicativa da Guarda Municipal seja realizada à semelhança daquela feita pelo CRAM. Esclarece que há maiores detalhamentos no parecer que apresentou. Glaucon diz que está de acordo com a análise apresentada por Thiago. Diz que a pintura gera uma poluição visual e que a justificativa para a mudança da grade é problemática, porque a Guarda Municipal nem deveria portar armas. Ressalta que o povo luziense perde com a militarização da guarda. Enfatiza que os serviços públicos em Santa Luzia não possuem sede própria, e que a Guarda Municipal deveria ter sua própria Sede. Joana pede que esse assunto não seja tratado nessa reunião e que os Conselheiros sigam as pautas propostas para essa reunião. Sr. João Luiz, participante da sociedade civil diz que essa militarização expõe a prefeitura de Santa Luzia a um grave risco de confronto armado, e que a edificação da Guarda Municipal destoa das edificações daquela região. Thiago pergunta se os Conselheiros concordam com o aumento da grade. Todos os Conselheiros presentes votam contrariamente à proposta de aumento da grade. Joana segue para a **Pauta nº 7- Apresentação e deliberação do Empreendimento/ loteamento “Giardini Drapia Sahva Eco Residence”**. Bernardo Andrade, coordenador do estudo de impacto ao patrimônio cultural para o empreendimento “Giardini Drapia Sahva Eco Residence”, esclarece que o intuito de sua apresentação consiste em mostrar como os estudos foram feitos, quais os impactos foram percebidos e quais as mitigações que serão propostas. Reinando se manifesta dizendo que não teve acesso ao relatório apresentado por Bernardo, esclarecendo que teve acesso apenas ao parecer e não ao estudo realizado por ele. Os demais Conselheiros afirmam que também não tiveram acesso ao material. Bernardo esclarece que o estudo foi realizado e encaminhado para a Secult para que ela o disponibilizasse para apreciação do Conselho. Bernardo informa que o loteamento está nas proximidades do Cemitério dos Escravos, contando com 10.154 hectares de área (112 lotes com área de 450m²), prevendo a construção de residências unifamiliares de baixa densidade populacional e construções de até dois pavimentos.

Informa que realizaram inúmeros levantamentos bibliográficos (consulta às documentações do ICMS Cultural) e entrevistas (integrantes da Secult, moradores da Comunidade de Pinhões e detentores de saberes). Informa também que, posteriormente, realizou o georeferenciamento de todos os bens culturais circunscritos naquela região (reconhecidos e em processo de reconhecimento pelo município). Apresenta a área de influência direta de impacto do empreendimento, identificando os patrimônios que poderiam ser afetados mediante a implantação do empreendimento. Esclarece que dentro dessa área delimitada, dois bens seriam impactados: o Cemitério dos Escravos e a Missa que é realizada no Cemitério (e que ainda não é reconhecida). Sugere que o município dê maior enfoque para o inventário dos bens dessa região, tanto do Freixo quanto de Pinhões, tendo em vista que a empresa constatou a carência de informações mais aprofundadas. Bernardo diz que o acesso ao empreendimento seria feito por meio de uma alça, evitando-se que o trânsito pudesse impactar o Cemitério dos Escravos. Informa que a estrada atual passa há menos de três metros do bem (propondo a alteração para 50 metros de lá). Informa que o estudo constatou alguns possíveis impactos mediante a implantação do empreendimento, dos quais destacam-se as alterações na paisagem e no ambiente, aumento na quantidade de tráfego de veículos, incremento de fluxo migratório e aumento da pressão populacional motivada pela expansão urbana. Esclarece que após constatação desses impactos, propuseram algumas medidas de compensação, das quais destacam-se a revitalização e sinalização do Cemitério dos Escravos, proposição de medidas de valorização do bem, por meio da criação de políticas de visitação e manutenção. Ressalta que o Cemitério continuará aberto e disponível para uso da população e diz que o empreendimento se propõe a adotar o Cemitério, contribuindo para sua manutenção e preservação. Enfatiza que será mantida a realização da Missa Afro, como forma de valorizar a tradição. Ressalta que Paulo Massara, proprietário, se dispôs a doar um acervo para criação de um Memorial para a comunidade. Pontua que outros conjuntos documentais referentes à região da Fazenda de Bicas poderiam ser incorporados a esse acervo. Esclarece que a doação do acervo fica condicionada à disponibilização de um lugar para sua guarda, manutenção e exposição, e sugere que a Casa Paroquial de Pinhões seja o Centro de Referência para a história da comunidade de Pinhões. Também ressalta a possibilidade de desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial, por meio da produção de uma pequena cartilha sobre a história do Cemitério, que poderá ser distribuída nas escolas e aos visitantes do local. Enfatiza que a criação da alça de acesso viário acima do Cemitério dos Escravos também será uma medida de compensação, e que será realizada a pavimentação poliédrica da estrada do loteamento e a inclusão de redutores de velocidade. Diz que serão instaladas placas informativas constando o histórico do bem e o nome das pessoas sepultadas no Cemitério. Reitera que todo o loteamento será cercado por cerca viva, minimizando o impacto visual do empreendimento. Mikaela informa que a equipe técnica da Secult apresentou um parecer respaldado no Art. 7º da Lei 3978 e na Portaria 002- que institui o Estudo de Impacto ao

Patrimônio a ser deliberado pelo COMPAC. Ressalta que o residencial unifamiliar demonstra impacto visual reduzido, e que a proposição da alça de acesso também reduziria o impacto causado pelo trânsito de veículos. Enfatiza que o Cemitério dos Escravos trata-se de um bem sensível que precisa de prospecção e acompanhamento arqueológico, sendo esta uma questão abarcada pela proposta do empreendedor que abriu uma Ficha de Caracterização de Atividade, no Iphan (onde foram colocadas algumas condicionantes ao projeto apresentado). Ressalta a imposição de medida ao Empreendimento relativa à necessidade de acompanhamento de um arqueólogo durante a execução do projeto de revitalização do Cemitério dos Escravos, para que, qualquer ocorrência, seja informada à Secult. Sobre a via de acesso ao residencial, Mikaela ressalta que ela passará fora do entorno de tombamento do Cemitério, sendo realizada por meio de calçamento. Enfatiza a importância de que não seja interrompido o acesso ao bem e que não se interrompa as práticas da imaterialidade naquele local. Mikaela pede que seja repensada a questão da placa a ser colocada no Cemitério dos Escravos, para que não seja gerado um grau de imprecisão das informações constadas, tendo em vista que as prospecções ainda estão sendo realizadas. Mikaela reafirma a necessidade do acompanhamento de um arqueólogo durante todo o processo. Glaucon faz um esclarecimento à comunidade, dizendo que foi convidado por Bernardo para fazer parte da pesquisa. Diz que seu principal interesse, enquanto representante da Mitra Arquidiocesana, consiste no acompanhamento de possíveis impactos que o projeto possa gerar a Igreja Nossa Senhora da Conceição. Explica que sua participação é na condição de integrante do Conselho do Patrimônio Cultural, e pede que seu nome não seja citado, para que não seja gerado um vício de origem no procedimento. Esclarece que participou de uma reunião na Comunidade Quilombola de Pinhões e que esta reunião não teve caráter de consulta pública, dizendo que, para qualquer obra de impacto, deve ser adotado um protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho- OIT. Enfatiza que é dever do poder público convocar, junto à comunidade, uma reunião pra tratar sobre o impacto em comunidade quilombola. Ana Luisa pede vista do procedimento, e ressalta que não concorda em chamar os Conselheiros para a realização de reuniões isoladas e que, caso isso aconteça, irá encaminhar denúncias para o Ministério Público e delegacias. Diz que reconhece que aquela região é uma área de significativa pressão imobiliária, e que a posição dos Conselheiros não é no sentido de barrar nenhum empreendimento imobiliário. Enfatiza que aquela área está suscetível à implantação de empreendimentos ilegais. Ana destaca que teve conhecimento de ameaças ao bem público, indicando que “passariam o trator em cima do Cemitério dos Escravos”. Mikaela esclarece que não estão sendo feitas intervenções na Comunidade Quilombola de Pinhões, e que a Comunidade é certificada pela Fundação Palmares, não sendo delimitada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. Ressalta que a Comunidade é quem dá maior uso ao bem, e continuará desimpedida pela ocasião do acesso desimpedido garantido pelo empreendedor, sendo que, ao mesmo tempo,

o empreendimento trará novos públicos que terão igualmente acesso aos vestígios arqueológicos. Destaca que esses fatores cumprem as funções do patrimônio: conscientizar, ressignificar e sensibilizar. Enfatiza que o patrimônio não deve ficar isolado, relegado ao abandono e disponível para o desfrute de poucos. Luciana, arquiteta da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, ressalta a importância do estabelecimento do FAIP, e da instituição de mecanismos para controlar esse tipo de intervenção. Reinaldo ressalta que sentiu falta da palavra “memória” durante a apresentação do Bernardo. Enfatiza a importância de reconhecerem o “lugar de fala” e que, talvez, Bernardo não tenha o lugar de fala das pessoas que integram a Comunidade de Pinhões. Diz que só teve acesso ao relatório da Mikaela. Fala que sentiu falta de maiores informações por parte do proprietário, acerca da implantação do empreendimento. Ressalta que em vários momentos é dito que a comunidade concordou com o projeto, mas, ao conversar com seus representantes, fica claro que a comunidade não apresenta essa concordância. Aparecida, representante da Associação Cultural das Mulheres Quilombolas de Pinhões diz que em momento nenhum a comunidade demonstrou estar de acordo com a implantação do empreendimento. Esclarece que as reuniões que aconteceram não aprovaram a implantação do projeto. Diz que deixaram claro que estiveram presentes na reunião realizada com o empreendedor, com a postura de ouvir e não de concordar com o que foi apresentado. Aparecida diz que a apresentação “colocou palavras na boca da comunidade”. Mikaela enfatiza que a presente reunião é o lugar propício para a comunidade se manifestar e indicar seu desacordo com o que foi apresentado, apontando as proposições acerca do estudo apresentado. Bernardo diz que a consulta feita junto à comunidade não teve o intuito de validação, apenas de consulta para identificação dos bens patrimoniais e a relação que a comunidade estabelece com os espaços. Diz que em momento algum houve qualquer episódio de intimidação e que em nenhum momento falou-se em “passar o trator” no Cemitério dos Escravos. Ressalta que apresenta a visão enquanto técnico, mas que compreende que a comunidade é quem conhece e vivencia o patrimônio. Joana enfatiza que é necessário manter o foco, afinal a reunião já ultrapassou três horas de duração. Esclarece que o episódio de ameaça relatado não ocorreu em espaço público, não sendo do conhecimento da prefeitura. Enfatiza a importância de que o Conselho estude os relatórios apresentados para que votem as questões relativas ao patrimônio. Joana pergunta se todos leram os pareceres e que é necessário que os Conselheiros tenham acesso aos materiais para que a reunião seja, de fato, produtiva. Ana Luisa pede para que os materiais sejam compartilhados com os Conselheiros. Joana sugere que seja marcada uma reunião extraordinária, na próxima semana, para que este assunto seja tratado de forma mais específica. O Sr. Álvaro Diniz, responsável pelo Cemitério dos Escravos desde 1987, se manifesta, dizendo que o espaço faz parte da Sesmária das Bicas, pertencente a sua família. Enfatiza que aquele espaço é particular, do domínio de seu sobrinho. Lembra quando, em 1987, esteve no local com sua mãe que sinalizou a necessidade de manter a preservação do

Cemitério dos Escravos, entendendo que ele não faz parte apenas da história da família, mas também do próprio Município. Lembra também que, naquela ocasião, o prefeito Rui Avelar pediu a restauração do cemitério para a realização de uma Missa. Enfatiza que, desde aquela data, a Missa é celebrada no dia 02 de novembro. Diz que ele é o responsável pela manutenção do espaço e que a Prefeitura em nada contribui. Pede respeito à área que é particular. Diz que está bastante satisfeito com a proposição do empreendimento do seu sobrinho que se dispõe a cuidar do bem. Joana ressalta a importância da manifestação, tendo em vista que é ele quem cuida do bem diariamente. Joana solicita que, caso os Conselheiros votem contrariamente ao projeto, apresentem um relatório embasado apresentando as justificativas de impacto ao patrimônio. Solicita a marcação de uma reunião extraordinária para tratar especificamente desse assunto. Glaucon diz que, conforme Convenção 69 da OIT, fica estabelecido que a intervenção não precisa ser dentro da comunidade quilombola, sendo que qualquer empreendimento estabelecido em até 10 km de uma comunidade quilombola precisa adotar um Protocolo de Consulta Prévia Livre e informada. Mikaela ressalta que isso só é válido quando existe a delimitação do INCRA. No caso da Comunidade Quilombola de Pinhões, Mikaela esclarece que o processo ainda está em andamento e que há certificação Palmares de Autodenominação Quilombola, e que apenas após a delimitação oficial concedida pelo INCRA essas regras passariam a valer. Glaucon lembra que a Constituição brasileira é “garantista” e que primeiro se regulariza a questão fundiária de Pinhões para posteriormente discutir obras de impacto ao patrimônio. Antônio César, advogado da empresa, registra que, quando a empresa iniciou os processos procurou a Prefeitura para o fornecimento de documentação, não sendo apresentadas documentações relativas ao bem. Em seguida, Antônio César realiza um requerimento pedindo para que a Conselheira Ana Luisa esclareça quem fez a ameaça que ela relatou em sua fala, tendo em vista que a empresa se sentiu coagida. Solicita também que, quando for feita a contestação, a Comunidade de Pinhões demonstre documentalmente o que tem feito efetivamente para a manutenção do Cemitério dos Escravos. Vários Conselheiros deixam a reunião demonstrando indignação. Reinaldo enfatiza que a fala do advogado foi infeliz, e deixa o Teatro. Joana sugere novamente a marcação de uma reunião extraordinária, e encerra a reunião. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Amanda Gomes, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Santa Luzia.

Adalberto Andrade Mateus _____

Ana Luiza Andrade e Souza _____

Aparecida dos Santos Evangelista Aparecida dos Santos, Larissa Evangelista.

Celso Aquino Pereira dos Santos Celso de Aquino Pereira dos Santos
 Elizabete de Almeida Tofani Elizabete
 Glaucon Durães da Silva Santos Glaucon
 Joana Maria Coelho Teixeira Moreira Joana Maria
 Luciana Angélica de Sá Machado Luciana
 Marco Aurélio Carvalho Fonseca Marco Aurélio
 Maria Geralda Carvalho Maria Geralda
 Reinaldo Trindade Proença Reinaldo
 Wallace Henrique de Freitas Wallace Henrique de Freitas

Eu, Glaucon Durães solicitei revisão desta Ata quanto
 a uma fala do senhor Alvaro Diniz. Não foi atendido.
 solicitei a gravação de áudio da referida reunião
 e não foi atendido. Entendo que o senhor Alvaro disse
 que não cuidaria mais do cemitério.